

**ATA DA REUNIÃO DA MESA CENTRAL DO SISTEMA DE NEGOCIAÇÃO
PERMANENTE - SINP**

São Paulo-SP, 01 de Junho de 2016.

1 Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e dezesseis, às 11 horas, na sala de reunião número
2 um, do décimo andar da sede da Prefeitura do Município de São Paulo, localizada no Edifício
3 Matarazzo, no Viaduto do Chá, nº 15, foi realizada reunião da Mesa Central do Sistema de
4 Negociação Permanente, presidida pelo Coordenador de Relações de Trabalho, MARCEL
5 FELICES, e contando com a presença da senhora MARCELA TAPAJÓS E SILVA, Chefe de
6 Gabinete da Secretaria Municipal de Gestão. **Fez-se presente à reunião o seguinte representante**
7 **da administração:** VALDIR SANT'ANNA (Assessor Especial do Gabinete da Secretaria
8 Municipal de Gestão). **Representantes das entidades sindicais:** ADELSON QUEIROZ,
9 representando o Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo –
10 SINPEEM; JOSÉ ERIVALDER GUIMARÃES DE OLIVEIRA, representando o Sindicato dos
11 Médicos de São Paulo – SIMESP; CASSIO VIEIRA SANTOS, representando o Sindicato dos
12 Auditores-Fiscais Tributários do Município de São Paulo – SINDAF; CLAUDIO FONSECA,
13 representando o Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo –
14 SINPEEM; MARCIA DE OLIVEIRA, representando o Sindicato dos Agentes Vistores e Agentes
15 de Apoio Fiscal do Município de São Paulo - SAVIM; SERGIO RICARDO ANTIQUEIRA,
16 representando o Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município
17 de São Paulo – SINDSEP; MARGARIDA PRADO GENOFRE, representando o Sindicato dos
18 Professores e Funcionários Municipais de São Paulo - APROFEM; HONORINO ALVES DA
19 CRUZ, representando a Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos Municipais de São
20 Paulo – SEAM; JOÉLIA R. S. AGUIAR, representando o Sindicato dos Trabalhadores nas
21 Unidades de Educação Infantil da Rede Direta e Autárquica do Município de São Paulo – SEDIN;
22 EDNA DIAS DOS SANTOS e MÁRCIO DOS SANTOS, representando o Sindicato dos Guardas
23 Civis Metropolitanos de São Paulo – SINDGUARDAS; **Demais participantes:** ERICK DE
24 MOURA SOTERO (Secretaria Municipal de Gestão). Iniciada a reunião, o senhor Marcel Felices
25 afirmou que as entidades representativas dos servidores públicos municipais têm demandado
26 espaços, dentro do SINP, para a realização do debate acerca da previdência no município. Visando
27 ampliar o debate, a Administração propôs, então, a realização de uma Mesa Central/Seminário
28 sobre o tema. Acolhendo sugestão da senhora Margarida Prado Genofre, Coordenadora do Fórum
29 das Entidades, a Administração convocou as entidades para a realização desta Mesa Central, não
30 com o intuito de debater os temas ligados à previdência, mas de organizar detalhes do Seminário,
31 tais como formato, quantidade de participantes, data, entre outros. Feita essa introdução, a palavra
32 foi passada à Chefe de Gabinete da SMG. A senhora Marcela Tapajós ressaltou que a questão
33 previdenciária é um tema delicado e que o debate já vem sendo feito em todo o Brasil. Reforçou
34 que a Administração Municipal deseja fazer o debate com as entidades, e que o objetivo é avançar
35 na construção de uma previdência autossustentável. A representante da APROFEM, senhora
36 Margarida Prado Genofre, afirmou que não há condições de debater o assunto sem a retirada do
37 Projeto de Lei 558/15 da Câmara Municipal de São Paulo. O representante do SINESP, Luiz Carlos
38 Ghilardi, endossou a importância do debate nacional sobre a reforma da previdência, relatando,
39 inclusive, que havia participado, há poucos dias, de um debate sobre o tema em Brasília. O
40 representante do SINPEEM, senhor Adelson Cavalcante, disse que o Governo havia firmado
41 compromisso de retirar o Projeto de Lei da SAMPAPREV. A Chefe de Gabinete da Secretaria
42 Municipal de Gestão, senhora Marcela Tapajós, tratou de esclarecer alguns pontos. Primeiramente,

43 disse que os compromissos assumidos pela Administração são colocados em termos, em protocolos.
44 Em segundo lugar, afirmou que o compromisso assumido era de ampliar o debate acerca do tema.
45 Por fim, voltou a dizer que o Projeto de Lei fora enviado para a Câmara Municipal de São Paulo,
46 sobretudo por exigência do Ministério da Previdência Social, como condição para que o município
47 tivesse assegurado seu Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP). O representante do
48 SIMESP, senhor Eivalder de Oliveira, afirmou que o aprofundamento do debate em torno do
49 Projeto de Lei que está na Câmara seria muito ruim e que o PL deveria ser, antes, retirado pelo
50 Governo. Afirmou, ainda, que o SIMESP não chancelaria um seminário sobre um ponto não
51 discutido anteriormente. O representante do SINDAF, senhor Cassio Santos, pontuou que há uma
52 cláusula do Convênio de reabertura do SINP que diz que nenhum PL sobre pessoal será enviado
53 para a CMSP sem antes passar pela Mesa Central. Expôs, também, que havia, no site da PMSP, um
54 comunicado dizendo que o Governo pararia com a tramitação do PL na CMSP. Por fim,
55 argumentou que a realização do seminário é um bom avanço, manifestando-se favorável ao evento,
56 mas que a PMSP deveria responder a alguns questionamentos por parte das entidades sobre
57 números e informações para cálculos atuariais. O representante do SINPEEM, senhor Claudio
58 Fonseca, esclareceu que o Governo havia acordado com o SINPEEM não que o PL seria retirado da
59 CMSP, mas que não avançaria. Reforçou que o SINPEEM é contra o regime complementar de
60 previdência e propôs que o seminário sobre previdência se dê em abril de 2017. A representante do
61 SAVIM, senhora Marcia de Oliveira, manifestou preocupação em relação a se colocar em pauta um
62 tema de tamanha importância a essa altura da gestão, quando se é difícil avançar em
63 encaminhamentos. O representante do SINDSEP, Sérgio Antiquiera, apontou que o seminário não
64 pode servir para legitimar a retirada de direitos e que concorda com a realização do seminário em
65 abril de 2017. No entanto, defendeu que as entidades primeiramente se reúnam no Fórum, para
66 depois decidirem sobre os temas debatidos nesta reunião da Mesa Central. A representante da
67 APROFEM, senhora Margarida Prado Genofre, voltou a dizer que o PL deveria ter passado pela
68 Mesa Central e que esse PL é de interesse da Administração, não dos servidores. O representante da
69 SEAM, senhor Honorino da Cruz, afirmou que o SINP é desrespeitado pelo Governo quando este
70 faz acordo com entidades específicas e não com o conjunto das entidades. Rechaçou, ainda, nota do
71 site do IPREM que dizia que a Associação dos Contadores Municipais de São Paulo havia
72 participado e aprovado o PL de reestruturação do IPREM. Pleiteou que a nota seja revista e que a
73 ACMSP seja de fato incluída nos debates do IPREM. A representante do SEDIN, senhora Joélia
74 Aguiar, afirmou que o país passa por momento delicado e que o debate deve ser feito com calma,
75 com tempo. Pontou, ainda, que não concorda com a tramitação do PL 558/15 sem que haja debate.
76 O representante do SINDGUARDAS, senhor Márcio dos Santos, reforçou a necessidade de que o
77 Governo garanta que o PL não vá para o plenário da CMSP sem debates e encaminhamentos feitos
78 na Mesa Central. A palavra retornou, então, para a Chefe de Gabinete da SMG. A senhora Marcela
79 Tapajós esclareceu que o protocolo assinado com entidades da Educação não fere deliberações na
80 Mesa Central. Após leitura da cláusula sobre previdência que consta no protocolo firmado com o
81 SINPEEM, reforçou que ali ficou estabelecido um compromisso da Administração em ampliar o
82 diálogo sobre o tema ao longo de 2016. Disse que a Administração está ofertando uma oportunidade
83 de discussão do tema previdenciário e que as entidades devem decidir se querem ou não fazer esse
84 debate. Pediu, ainda, para que constasse em ata que a Administração apresentou proposta de
85 realização de um seminário sobre a previdência municipal, mas que as entidades argumentaram que
86 antes seria necessário retirar o PL 558/15 da CMSP. A representante do SAVIM, senhora Marcia de
87 Oliveira, afirmou que é preciso caminhar com duas pautas: previdência e lei salarial. O
88 representante do SIMESP, senhor Eivalder de Oliveira, solicitou que o Governo apresente um
89 formato de seminário. Por fim, o encaminhamento acordado foi: as entidades, em reunião do
90 Fórum, deliberarão sobre a posição que terão em relação ao Seminário proposto; na próxima

91 reunião da Mesa Central, as entidades apresentarão essa posição à Administração. Sendo treze horas
92 e quinze minutos e não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião, da qual eu, Anderson
93 Luiz Cesar de Moraes Rosa, Encarregado de Equipe da Coordenadoria de Relações de Trabalho,
94 lavrei a presente Ata que, aprovada, será devidamente assinada por mim e pelos presentes à reunião
95 de aprovação.